



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO.

252020123733

Atividade concluída

Informações complementares:

O Atestado está registrado apenas para as atividades técnicas e quantidades constantes na(s) ART(s) acima certificada(s), desenvolvidas de acordo com as atribuições do(a) profissional na área de Engenharia Civil.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, certificado conforme processo n. 72000091677, o atestado anexo expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n. 252020123733

18/11/2020, 09:14:30

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CREA.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nele contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC (www.crea-sc.org.br) ou no site do CONFEA (www.confea.org.br). A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br



Registro realizado eletronicamente, para acessar o código QR impresso na CAT vinculada ou diretamente no site: https://www.crea-sc.org.br/creaonline/certidao_acervo.php, informando o número da Certidão de Acervo Técnico e sua data de emissão.

Registro realizado a partir do protocolo nº 72000091677
CAT nº 252020123733 de 18/11/2020, página 4 de 13



Certidão de Acervo Técnico nº 252020123733 emitida em 18/11/2020



6.6.1 – Declaração de Disponibilidade de Equipamentos e
Pessoal Técnico (ANEXO V);



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2022
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022

ANEXO V

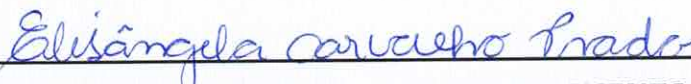
**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO E
EQUIPAMENTOS**

At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, sediada na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por intermédio de sua representante legal a Sra. **Elisângela Carvalho Prado**, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.814.141 e do CPF nº 838.553.789-91, em atendimento ao Item 6.6.1 do Edital de CONCORRÊNCIA N.º 01/2022, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa dispõe ou disporá de pessoal técnico e equipamentos, conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer tipo de paralização durante a execução dos serviços pela falta dos mesmos.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade.

Joinville, 17 de março de 2022.



INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141

6.6.3 – Declaração de Ciência;





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2022
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, sediada na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por intermédio de sua representante legal a Sra. **Elisângela Carvalho Prado**, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.814.141 e do CPF nº 838.553.789-91, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa está ciente de todos os componentes expressos nas peças gráficas, memoriais, planilhas e perspectivas, e nos responsabilizamos pela execução de todos os itens constantes nesses documentos.

Joinville, 17 de março de 2022.

INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141



6.6.5 – Declaração de Apresentação da CNO no Início da Obra;





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2022
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DO CADASTRO NACIONAL DE OBRAS

At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, sediada na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por intermédio de sua representante legal a Sra. **Elisângela Carvalho Prado**, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.814.141 e do CPF nº 838.553.789-91, declaramos, que nos obrigamos a apresentar o CNO da RFB no início da obra, estando o primeiro pagamento condicionado à esta apresentação, e sua respectiva CND de INSS da Obra da RFB, ao final, estando condicionado o Termo de Recebimento da Obra Definitivo à apresentação deste documento.

Joinville, 17 de março de 2022.

INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141



6.6.6 – Declaração de Prazo de Garantia de 05 (cinco) Anos;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2022
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022

DECLARAÇÃO DE CINCO ANOS DE GARANTIA DA OBRA

At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, sediada na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por intermédio de sua representante legal a Sra. **Elisângela Carvalho Prado**, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.814.141 e do CPF nº 838.553.789-91, declaramos, que prazo de garantia da obra, será de no mínimo de 05 (cinco) anos para os serviços contratados que deverá correr a partir da data do Termo de Recebimento da Obra Definitivo, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Planejamento.

Joinville, 17 de março de 2022.

INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141

7.8 – Garantia da Proposta;



Vigência do seguro a partir das 00h do dia 17/03/2022 até 24h do dia 17/05/2022.

DADOS DO SEGURADO

NOME: LUIS ALVES PREFEITURA **CPF OU CNPJ:** 83.102.319/0001-55
ENDEREÇO: EST GERAL S/N -
CEP: 89.115-000 **CIDADE:** LUIS ALVES **UF:** SC

DADOS DO TOMADOR

NOME: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA **CPF OU CNPJ:** 03.094.645/0001-29
ENDEREÇO: RUA EUGÊNIO MOREIRA, Nº 187 - 1º ANDAR - ANITA GARIBALDI
CEP: 89.202-100 **CIDADE:** JOINVILLE **UF:** SC

DADOS DO CORRETOR

NOME: FINLÂNDIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 10.864.690/0001-80 **SUSEP:** 202629643

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE**LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG):** R\$ 61.875,00 - Sessenta e Um Mil e Oitocentos e Setenta e Cinco Reais**MODALIDADE:** Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Este seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, se o Tomador adjudicatário se recusar a assinar o Contrato Principal, nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no Edital número 001/2022/, tendo como objeto PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL E DRENAGEM DAS RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA **IMPORTÂNCIA SEGURADA** **PRÊMIO LÍQUIDO**
Garantia Licitante R\$ 61.875,00 R\$ 200,00
Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO**CUSTO DO SEGURO**

Prêmio Líquido	R\$	200,00
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00
Custo de Apólice	R\$	0,00
IOF	R\$	0,00
Prêmio Total	R\$	200,00

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 200,00	24/03/2022

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 14/03/2022 18:57:00


João de Lima Geo Neto
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital
Ricardo Nassir Gregorio
Diretor
Certificado Digital emitido pela Serasa Certificadora Digital

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920229907750654360000. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº do documento 03069202200990075065436000000.

CONDIÇÕES GERAIS**CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775
SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PÚBLICO****1. OBJETO**

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s) em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

- I. processos administrativos;
- II. processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III. parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV. regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxaço do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não

houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZACÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente daquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido





APÓLICE
DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº: 0306920229907750654360000
RAMO: 0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO
PROPOSTA: 1.445.841

acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada

Relação a ser aplicada



sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98
180/365	70	365/365	100

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I - por arbitragem; ou

II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início às 0h e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br <<<http://www.susep.gov.br>>>.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<<http://www.susep.gov.br>>>, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou

CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

1. OBJETO:

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.



CLÁUSULAS PARTICULARES**CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO**

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.





7.11 – Declaração para Garantia de Proposta (Anexo VII);





PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2022
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2022

ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA GARANTIA DA PROPOSTA

At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

Em atendimento do subitem 7.11, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a empresa, **INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, sediada na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por intermédio de sua representante legal a Sra. **Elisângela Carvalho Prado**, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.814.141 e do CPF nº 838.553.789-91, **DECLARA** que optou pela modalidade de seguro-garantia, no valor de R\$61.875,00 para efeito de garantir o cumprimento das obrigações do **EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2022** decorrente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL E DRENAGEM DAS RUAS PEDRO SCHEERER E PREFEITO LEOPOLDO SCHOEPPING**

1 - A presente Garantia da Proposta vigorará até a consecução das obrigações previstas no referido edital, contados da data de entrega da proposta, prorrogável automaticamente, por iguais períodos, e será liberada mediante comunicação por escrito, dessa empresa.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Joinville, 17 de março de 2022.

INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141



Declaração Conjunta - Anexo IV;



PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2022
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 01/2022
ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONJUNTA CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

A pessoa jurídica denominada **INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS. LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, sediada na Rua Eugênio Moreira, nº 187, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, por intermédio de sua representante legal a Sra. **Elisângela Carvalho Prado**, portadora da Carteira de Identidade n.º 2.814.141, inscrita no CPF nº 838.553.789-91:

a) **DECLARA**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520,02, de **que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;**

b) **DECLARA** que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;**

c) **DECLARA** que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei n.º 8.666/93 e Diplomas Complementares;**

d) **DECLARA** que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;**

e) **DECLARA** que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade





contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

f) **DECLARA** que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

g) **DECLARA**, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

h) E por fim, **DECLARA**, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Joinville, 17 de março de 2022.

INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141



PROCURAÇÃO DO SIGNATÁRIO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE
1º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE JOINVILLE
GUILHERME GAYA - TABELIÃO
 Rua Orestes Guimarães, 538, CEP: 89204-060
 Fone/Fax: (47) 3433-5844 - Email: cartorio@1tabelionatojoinville.com.br



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=06j214r0GomAGG_Fer0Acchavez=0g8cwspH_-ckg15CvUIRA
 ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38104245953-LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA

Finalidade: **PROCURAÇÃO AD-NEGOTIA**

Protocolo: **135118** Data: **08/12/2021** Minuta: **1º Traslado**

Livro: **1299** Folha: **22-F**

PROCURAÇÃO QUE FAZ, INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, na forma abaixo declarada:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, **aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (08/12/2021)**, nesta serventia, instalada nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Orestes Guimarães, 538, Térreo, Bairro América, compareceu perante mim, Priscilla Verwiebe, Escrevente, como **OUTORGANTE: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com nome fantasia não informado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, com sede nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Eugênio Moreira, nº 187 - Salas 06, 07 e 09, Bairro Anita Garibaldi, telefone não informado e endereço eletrônico *não informado*, neste ato representada por seu Diretor, **LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA**, brasileiro, casado, nascido aos 06/04/1957, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 372.764-SESPDC/SC, inscrito no CPF sob o nº 381.042.459-53, residente e domiciliado nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Otto Boehm, nº 665 - Apartamento 301, Bairro América, com endereço eletrônico, endereço comercial e telefone não informados, juridicamente capaz e reconhecido como o próprio, por mim, escrevente autorizada, face os documentos apresentados, que ficam arquivados nesta serventia, do que dou fé. E, por este público instrumento, nomeia e constitui seu **PROCURADORES: JAIME BARBOSA SOARES FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, nascido aos 24/11/1954, portador da Carteira de Identidade nº 4.788.366-SESPDC/SC, inscrito no CPF sob o nº 573.039.677-53, residente e domiciliado nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Lages, nº 268 - Apartamento 1002, Centro, e/ou **ELISÂNGELA CARVALHO PRADO**, brasileira, casada, engenheira, nascida aos 28/11/1974, portadora da Carteira de Identidade nº 2.814.141-SESP/SC, inscrita no CPF sob o nº 838.553.789-91, residente e domiciliada nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Pero Vaz de Caminha, nº 388, Bairro Costa e Silva, e/ou **GALILEU TEIXEIRA**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, nascido aos 22/09/1966, portador da Carteira Nacional de Habilitação registro nº 02305362968-DETRAN/SC, inscrito no CPF sob o nº 372.649.311-53, residente e domiciliado nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Eugênio Moreira, nº 187, Bairro Anita Garibaldi, e/ou **LUCAS DE MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, maior, nascido aos 09/07/1993, assistente de orçamento, portador da Carteira Nacional de Habilitação registro nº 05523602108-DETRAN/SC, inscrito no CPF sob o nº 089.176.899-81, residente e domiciliado nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Eugênio Moreira, nº 187, Bairro Anita Garibaldi, conferindo-lhes poderes para o fim especial de representarem a outorgante em toda e qualquer modalidade de licitação, seja eletrônica ou presencial, concorrências públicas, tomadas de preço, cartas convite, inscrições cadastrais, pregões e de Regime Diferenciado de Contratação - RDC, em processos licitatórios de todas e quaisquer entidades públicas, nas esferas municipais, estaduais, federais, autárquicas e fundacionais, podendo, para tal fim, retirarem editais, formularem propostas verbais, assinarem e rubricarem todos os documentos integrantes da habilitação e proposta, apresentarem envelope contendo documentação para a fase habilitatória, bem como envelope contendo proposta de preços, para a fase classificatória; assistirem aberturas, firmarem atas e demais documentos, promover

CONFERÊNCIA DO PROCURADOR



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/01/2022 Data dos Efeitos 20/12/2021

Arquivamento 20217232035 Protocolo 217232035 de 11/01/2022 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 76115718676207

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

12/01/2022

[Assinatura]



(8)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE
1º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE JOINVILLE
GUILHERME GAYA - TABELIÃO
Rua Orestes Guimarães, 538, CEP: 89204-060
Fone/Fax: (47) 3433-5844 - Email: cartorio@1tabelionatojoinville.com.br

Finalidade: **PROCURAÇÃO AD-NEGOTIA**

Protocolo: **135118**

Data: **08/12/2021**

Minuta: **1º Traslado**

Livro: **1299**

Folha: **22-V**

juntada de documentos em qualquer das fases do processo licitatório e de cadastro, assinar, requerer, protestar, desistir, transigir, impugnar, interpor recurso administrativo, impugnações e outras quaisquer anotações em atas, representa-la junto as Comissões de Licitações, bem como suas respectivas autoridades superiores, tomarem ciência de despachos, receberem intimações de prazos, em e contra-arrazoarem, na fase administrativa, acompanharem decisões, firmarem os correspondentes contratos administrativos, decorrentes dos processos licitatórios; bem como, seus aditivos na qualidade de representante legal na defesa dos interesses das outorgantes, sempre que necessário, prestar e receber esclarecimentos, e ainda representar a outorgante junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, assinando todos os documentos exigidos por este órgão; apresentarem, juntarem e retirarem documentos, cumprirem exigências, pagarem taxas, guias e emolumentos, representar a outorgante perante clientes da Outorgante (potenciais contratantes) para apresentação de proposta de proposta comerciais, participação em qualquer modalidade seja pública ou privada, em processos licitatórios e de orçamentos de todas e quaisquer naturezas, nas esferas privadas e públicas (municipais, estaduais, federais, autárquicas e fundacionais podendo para tal fim, retirarem editais, assinar propostas comerciais, orçamentos, rubricar documentos de habilitação, representar perante cliente privado, assinarem, requererem e praticarem, enfim, todos os demais atos necessários o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, mesmo os que não estão totalmente expressos na presente, **não podendo subestabelecer. Prazo de validade: 12 (doze) meses a contar desta data. Lavrada sob minuta apresentada.** Reservando-se os sócios da Empresa Outorgante para si os mesmos direitos e poderes. Declaram os representantes da mesma, sob as penas da lei, que a 17ª Alteração Contratual Consolidada apresentada é o último instrumento registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Declara que não possui pessoas politicamente expostas, ou familiares de politicamente expostos em seu quadro societário, nos termos da Resolução número 29/2017 do Controle de Atividades Financeiras - COAF. Certifico e dou fé que todos os documentos apresentados para lavratura da presente procuração pública, inclusive documentos de identificação das partes e certidões relativas ao negócio jurídico realizado, ficam arquivadas nesta serventia em pasta própria, nos termos do Artigo 799 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. O(s) comparecente(s) tem ciência que o tratamento e o armazenamento de seus dados pessoais constantes no presente ato se dá com fundamento em atribuição legal, bem como sua utilização em todos os demais atos e procedimentos decorrentes de sua lavratura, nos termos do Art. 490-E do CNCGJ/SC e do Art. 7, c/c Art. 5, XII e XIV da lei 13.709 de 14/08/2018. ASSIM, pediu-me que lhe lavrasse a presente procuração, a qual lhe sendo lida, foi aceita em todos os seus expressos termos, aceitou e assina em seguida, perante mim. Eu, (ass.) **Priscilla Verwiebe**, Escrevente, a lavrei, conferi, achei conforme, dou fé, dato e assino em público e raso. Emolumentos: Procuração Ad Negotia R\$57,35 + Selo de fiscalização R\$2,82 = Total R\$60,17. Joinville, 08 de dezembro de 2021. ASSINADOS: LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA - Sócio Administrador do Outorgante, . "TRASLADADA EM SEGUIDA". Confere com o original no referido livro e folhas em meu poder e cartório, do que dou fé. Eu (as.) Priscilla Verwiebe, a conferi subscrevo e assino em público e

continua na próxima página.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/01/2022 Data dos Efeitos 20/12/2021

Arquivamento 20217232035 Protocolo 217232035 de 11/01/2022 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 76115718676207

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

12/01/2022

[Assinatura manuscrita]





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE
1º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE JOINVILLE
GUILHERME GAYA - TABELIÃO
Rua Orestes Guimarães, 538, CEP: 89204-060
Fone/Fax: (47) 3433-5844 - Email: cartorio@1tabelionatojoinville.com.br

Finalidade: **PROCURAÇÃO AD-NEGOTIA**

Protocolo: **135118**

Data: **08/12/2021**

Minuta:

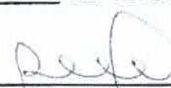
1º Traslado

Livro: **1299**

Folha: **23-F**

raso.

Em testº B da verdade.



Priscilla Verwiebe
Escrevente



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/01/2022 Data dos Efeitos 20/12/2021

Arquivamento 20217232035 Protocolo 217232035 de 11/01/2022 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 76115718676207

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

12/01/2022



141

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE JOINVILLE
1º TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE JOINVILLE
GUILHERME GAYA - TABELIÃO
Rua Orestes Guimarães, 538, CEP: 89204-060
Fone/Fax: (47) 3433-5844 - Email: cartorio@1tabelionatojoinville.com.br

Finalidade: **PROCURAÇÃO AD-NEGOTIA**

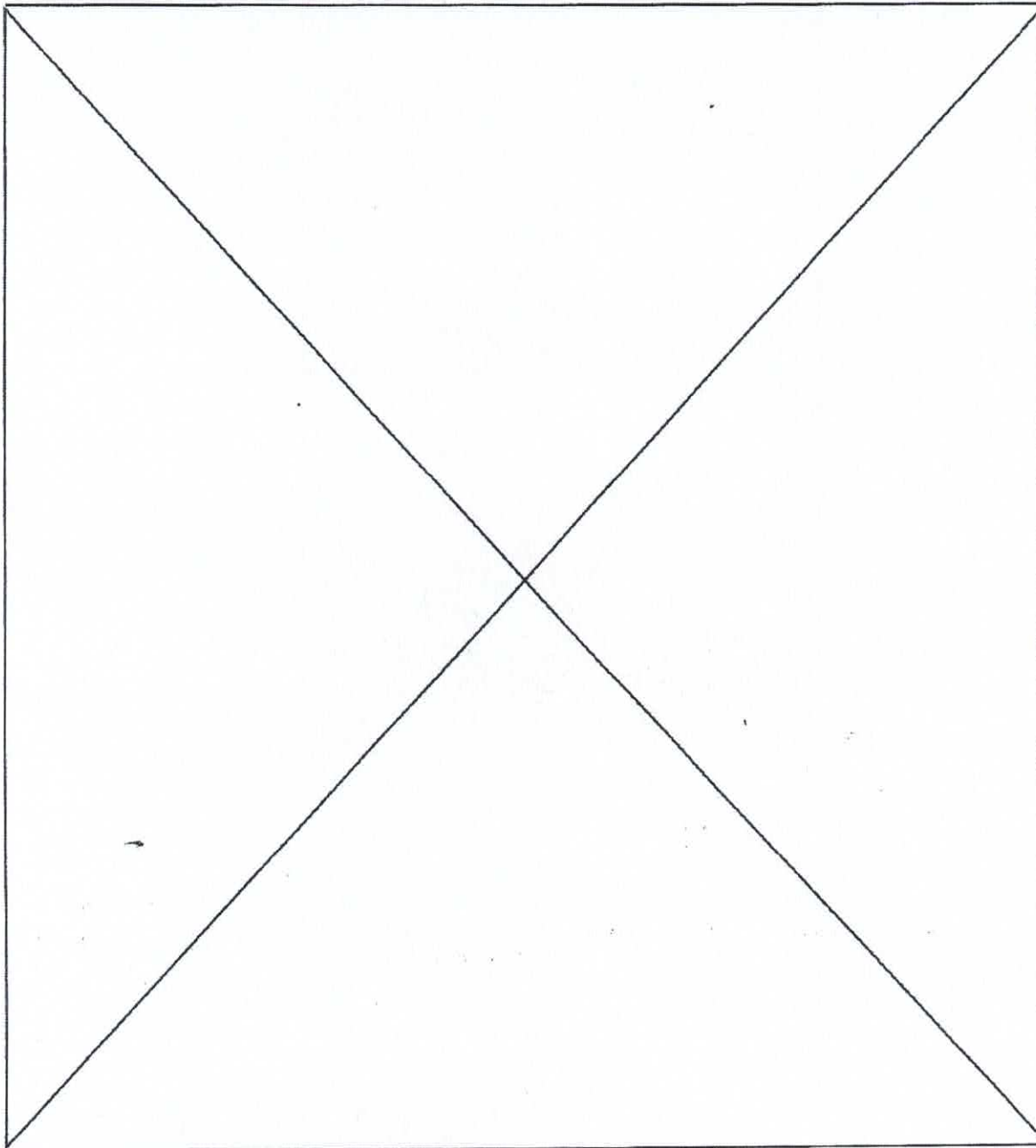
Protocolo: **135118**

Data: **08/12/2021**

Minuta: **1º Traslado**

Livro: **1299**

Folha: **23-V**



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/01/2022 Data dos Efeitos 20/12/2021

Arquivamento 20217232035 Protocolo 217232035 de 11/01/2022 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 76115718676207

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

12/01/2022





217232035

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
PROTOCOLO	217232035 - 11/01/2022
ATO	206 - PROCURACAO (QUANDO ARQUIVADA INDIVIDUALMENTE)
EVENTO	206 - PROCURACAO

MATRIZ

NIRE 42202664770
CNPJ 03.094.645/0001-29
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2022
SOB N: 20217232035

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 38104245953 - LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA - Assinado em 20/12/2021 às 10:59:42



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

12/01/2022

Certifico o Registro em 12/01/2022 Data dos Efeitos 20/12/2021

Arquivamento 20217232035 Protocolo 217232035 de 11/01/2022 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 76115718676207

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício





TERMO DE ENCERRAMENTO

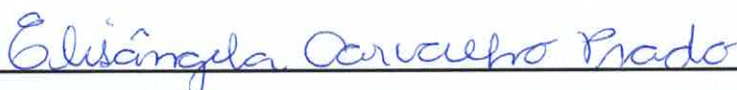


TERMO DE ENCERRAMENTO

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrito no CNPJ n.º 03.094.645/0001-29, através deste vem encerrar o Volume de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO referente à CONCORRÊNCIA Nº 001/2022 da Prefeitura Municipal de Luiz Alves/SC.

Informando a existência de 144 (cento e quarenta e quatro) folhas numeradas sequencialmente, inclusive esta, devidamente assinadas e rubricadas.

Joinville, 17 de março de 2022.



INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Eng.ª Elisângela Carvalho Prado

Responsável Técnico / Representante Legal

CREA SC nº 064.210-6 / RG 2.814.141